

# Educação e Memória em Minas Gerais\*

Anamaria Casasanta Peixoto  
Maria Helena Oliveira Prates

As reflexões aqui desenvolvidas são resultado de nossa experiência na tentativa de identificar e localizar fontes documentais para o estudo da história da educação em Minas Gerais. Essa preocupação surgiu da própria prática de pesquisa, de estudos e das análises sobre a produção científica nesse campo.

Ambas trabalhamos e temos trabalhado com dados primários sobre a educação mineira. As dificuldades enfrentadas tornaram-nos sensíveis à necessidade de mapeamento de fontes disponíveis para o estudo da história da educação em Minas, não só para continuidade de futuros trabalhos, mas, também, como fator de ajuda a outros que se interessem por este assunto. Vivenciamos, como os demais pesquisadores no País, dificuldades na obtenção de elementos que forneçam as informações de que necessitamos. Esta dificuldade vem sendo apontada pelos analistas como uma das razões para a precariedade de nossa produção nessa área. Os dados relativos à educação no Brasil ou vêm-se perdendo, pela pouca preocupação com a preservação de nossa memória, ou acham-se de tal maneira dispersos, que o acesso às fontes, condições indispensáveis à reconstrução do nosso passado, torna-se extremamente difícil. Este fato faz da pesquisa histórica um desafio nem sempre superado, e tem conseqüências no campo da historiografia, tornando já lugar comum a afirmação de que a história da educação no Brasil está por ser escrita, de que faltam monografias de base razoavelmente consistentes, que permitam vãos interpretativos mais altos. Segundo Nunes (1989), “a maioria dos trabalhos procura [antes] iluminar um pouco mais clareiras já

abertas na própria historiografia da educação, do que avançar sobre áreas de penumbra, ainda não exploradas”.

No que diz respeito a Minas Gerais, existem apenas algumas teses para a obtenção de títulos em cursos de pós-graduação e umas poucas obras, entre as quais se destaca o trabalho de Paulo Kruger Mourão (1962a e 1962b) sobre a instrução em Minas no Império e na República.

Diante deste quadro, impunha-se como da maior urgência um trabalho de localização e registro – ainda que de forma inicial e primeira – das fontes existentes em Minas Gerais e das formas de acesso a elas.

A inspiração para a realização desta pesquisa veio do estudo do relatório de um levantamento de fontes primárias para o estudo da educação brasileira, divulgado pelo Inep em 1989. Desenvolvido pela professora Clarice Nunes, esse trabalho reúne informações pertinentes a acervos sobre a educação existentes no Rio de Janeiro, em Petrópolis e em Niterói, oferecendo ao pesquisador indicações sobre sua localização, disponibilidade e condições de acesso.

A exemplo do *Guia de fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na sociedade atual*, o *Guia preliminar de fontes para a História da Educação Brasileira* reflete a nova mentalidade que vem presidindo o processo de modernização dos arquivos no País, na qual se destaca sua importância em “servir ou salvaguardar a continuidade das instituições, bem como das comunidades que as criam, as

\* Publicado originalmente na Série Documental/Relatos de Pesquisa n. 34, julho de 1995, como artigo-síntese, exigência do convênio de financiamento de pesquisa nº 29/91, firmado entre o Inep e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cuja conclusão se deu em janeiro de 1995.

transformam, as extinguem, as restabelecem” (Kecskeniti, 1990).

A nosso ver, trabalhos como estes não só facilitam o acesso do pesquisador às fontes como o auxiliam na constituição do corpo documental, indispensável ao desenvolvimento do seu projeto, e estimulam o estudioso a fugir do “já pronto”, a suscitar outros e diferentes problemas, abrindo novas pistas, revendo posições. Nesse sentido, podem contribuir de maneira decisiva para o avanço da historiografia, e podem cooperar, ainda, para a preservação de nosso passado histórico, pois, ao trazer à luz o que existe em termos documentais, estaremos de certa forma colaborando para impedir o processo de destruição de nossa memória. Em Minas Gerais existem mais de 100 arquivos – a maioria deles ameaçados de extinção – nos quais, ao lado de peças inúteis, documentos de valor deterioram-se progressivamente.

No plano mais estritamente educacional, as escolas – autorizadas pelos órgãos de administração do sistema e também sem recursos orçamentários, humanos e físicos – promovem, periodicamente, uma atualização em seus arquivos e, nesses momentos, queimam ou desfazem-se de documentos que poderiam ser preciosos na reconstrução de nosso passado cultural, englobando-os na categoria de “papéis velhos”.

No desenvolvimento do projeto, algumas questões impuseram-se como relevantes: a concepção de documento histórico e a delimitação geográfica da área a ser pesquisada.

A nova história dilata a memória histórica, uma vez que promove a dessacralização da memória dos grandes homens e dos eventos políticos, militares e diplomáticos, e amplia o interesse da história por todos os homens.

Ao privilegiar o homem comum, os estudos históricos voltam-se para temas relacionados com o cotidiano, com as formas de vivência coletiva, com os comportamentos, com as atitudes. Neste movimento, a historiografia sente a necessidade de dar relevo a objetos que haviam ficado até então ignorados, tais como o amor, a criança, a família, a educação, etc.

Nessa perspectiva, o documento escrito, até então considerado como fonte privilegiada de reconstrução do passado – em detrimento de fontes que, por fugirem dos padrões vigentes,

não constituíam material nobre para ser arquivado, tratado e analisado –, já não é visto como detentor exclusivo do conteúdo do conhecimento humano.

Segundo Lucien Febvre (apud Le Goff, p. 98),

[...] a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, e deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras, signos, paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames das pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que pertencendo ao homem serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Como vemos, o conceito de documento modificou-se e ampliou-se.

Dessa forma, se não há história sem documento, temos que aceitar uma nova concepção de documento quando se tem em mente resgatar uma história cujas fontes têm sido escasseadas. Segundo Samaran (apud Le Goff, p. 98, grifo nosso), “há que tomar a palavra *documento* no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou qualquer outra maneira”. Em síntese, a palavra documento pode abranger o documento escrito, o ilustrado, o microfilmado, o fotográfico, o fonográfico ou sonoro, o filmográfico, os objetos iconográficos, móveis, prédios, além de outros que surgem e se aprimoram graças ao desenvolvimento tecnológico.

Além disto, é preciso considerar, como nos lembra Marc Bloch (apud Le Goff, p. 98), que

[...] seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema corresponde um tipo único de documentos especializados para esse uso [...]. Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas e hinos? Ele sabe bem que, sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes do santuário, a designação e o mobiliário das tumbas têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos.

A ampliação e diversificação do conceito de documento foi de grande importância na definição do universo dessa pesquisa. Além de museus e arquivos, nossas atenções voltaram-se para escolas, bibliotecas, instituições destinadas a estudos e pesquisas na área de educação e instituições ligadas à cultura. Nelas procuramos identificar documentos que, independentemente da data de produção, natureza e suporte material, proporcionassem informações sobre a história do ensino fundamental e a formação de profissionais para esse nível de ensino em Minas Gerais. Nesta perspectiva, dedicamos especial atenção aos materiais de ensino (recursos didáticos, cadernos, manuais, trabalhos desenvolvidos pelos alunos, etc.), aos registros de atividades escolares (fotografias, livros de atas de reuniões, livros de matrícula, álbuns de festividades, etc.), aos móveis (carteiras, armários, mesa de professor, etc.), aos objetos de adorno utilizados na montagem e decoração do ambiente escolar. Estes documentos, embora ainda pouco explorados pelos pesquisadores e estudiosos, constituem importante e rico material de investigação. Eles não só expressam em que medida os textos legais se operacionalizam, mas podem evidenciar também a realidade material da escola e sua função social. Ao lado disto, uma vez que cada um destes documentos expressa na sua totalidade formas simbólicas de uma sociedade, os objetos iconográficos e os artefatos constituem a materialização de uma determinada maneira de pensar, sentir e fazer a educação. Seu estudo pode, pois, clarear aspectos importantes de nossa educação, especialmente os relacionados com a ideologia, mentalidade e cotidiano da escola.

Embora esta pesquisa tenha tratado especificamente da educação mineira, não pretendemos, com isso, negar a relação da história do Estado com um todo mais amplo, nacional. Entretanto, há razões que justificam a regionalização do trabalho quando se tem, sob foco de investigação, sobretudo, o ensino fundamental (primário) e o normal. Por um lado, no Brasil, a tradição legislativa estabeleceu que esses graus de ensino seriam de responsabilidade da província (no Império) e do Estado (na República), enquanto caberia à União determinar

e fiscalizar os ensinos secundário e superior. Essa divisão, que deu aos Estados o papel de mantenedores, legisladores e controladores do ensino elementar e do profissional, fez com que fossem relativamente diferentes as práticas e histórias destes graus de ensino nos também diferentes Estados brasileiros. Por outro lado, tratando-se destes graus específicos, há que se considerar o fato de, em alguns momentos, Minas haver assumido, em âmbito nacional, um papel de destaque e liderança num determinado modelo e forma de se fazer a educação.

De origem extrativista em seus primórdios – garimpos de ouro e de pedras preciosas –, o Estado de Minas escreveu diferentemente de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, sua história do ensino público.

O período colonial foi pobre de iniciativas na área educacional. As poucas escolas primárias de importância surgiram a partir de 1776, com a instituição do “subsídio literário”. Data do período imperial – exatamente de 1835 – a primeira lei do ensino primário em Minas Gerais, bem como a primeira lei de criação de uma escola normal no Estado, em Ouro Preto.

Além dessa extensão no tempo, a extensão geográfica faz de Minas um Estado bastante heterogêneo. “Há uma subcultura mineira, não uniforme, constituída de um mosaico de segmentos de regiões culturais brasileiras (café, mineração, moderna agricultura, pastoreio) que se manifestam pelo caráter regional” (Dias, 1968).

A diversidade do ponto de vista econômico-regional foi agravada pelas dificuldades de comunicação interna. O Triângulo Mineiro, por exemplo, aproximava-se muito mais de São Paulo, com o qual se comunicava mais facilmente. A região norte do Estado, mais atrasada e por questões de vizinhança, tinha mais afinidade com a Bahia.

A diferenciação regional teve suas conseqüências: em 1835, a Lei nº 13, que regulamentava o ensino primário, dividiu a província, para fins de administração do ensino, em 15 círculos literários, cada um chefiado por um delegado. A sede desses círculos ficava “nas cidades ou em vilas importantes – onde se situavam as escolas primárias de segundo grau, e cada círculo abrangia uma extensão mais ou menos ampla, de acordo com a densidade da população” (Mourão, 1962a). A tendência de criar

centros regionais para a administração do ensino manteve-se ao longo de nossa história.

Em 1894, pelo Decreto nº 676 (de 15/1/1894), o Estado foi dividido em 10 circunscrições escolares cujas sedes, naquele momento, ficaram nas cidades em que havia escolas normais: Ouro Preto, Sabará, São João del-Rei, Juiz de Fora, Campanha, Uberaba, Paracatu, Montes Claros, Araçuaí e Diamantina (Mourão, 1962b, p. 41-46).

Embora sofrendo um processo de repetidos fechamentos e reaberturas, muitas dessas primeiras escolas normais oficiais mineiras (criadas de 1835 a 1894) existem ainda hoje e são pontos relevantes a serem considerados na identificação e no cadastramento dos acervos de instituições a serem pesquisados.

De uma forma geral, as escolas acima referidas e outras escolas normais do Estado (caso da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte, posteriormente Instituto de Educação de Minas Gerais, e de algumas escolas confessionais particulares) tiveram importância na preparação de recursos humanos e na introdução de determinados métodos e formas de se fazer o ensino elementar em Minas Gerais.

Constituindo-se focos de irradiação de inovações introduzidas pelo governo no ensino primário, as escolas normais, ao lado das próprias escolas primárias, podem oferecer manancial a ser explorado na reconstrução da memória do ensino em nosso Estado.

Além das escolas normais urbanas, o governo mineiro, após o Estado Novo – numa tentativa de interferir na qualidade do ensino primário oferecido pelos municípios –, criou alguns núcleos regionais para a formação (e/ou reciclagem) do professor rural. O núcleo centralizador dessa política – o Instituto Superior de Educação Rural – sediou-se na Fazenda do Rosário, em Ibirité, e, assim sendo, é este um outro acervo a ser investigado.

A pesquisa idealizada pretendia, em suas origens, localizar em Belo Horizonte, em Ouro Preto, nas cidades das antigas escolas normais e núcleos de formação de professores para o ensino rural os acervos de arquivos públicos, museus, centros de documentação, bibliotecas e escolas (públicas e confessionais: primárias, normais, superiores) e investigá-los descritivamente quanto ao tipo e volume do seu material, conservação e possibilidades de sua consulta. Considerando, entretanto, o vulto de um trabalho como este e a necessidade de se aprimorar a metodologia de investigação antes de estendê-lo a todo o Estado, e, sobretudo, a escassez dos recursos pecuniários obtidos, a pesquisa restringiu-se, na sua primeira fase, a Belo Horizonte.<sup>1</sup>

Este fato influenciou nos resultados obtidos – é preciso não só lembrar, como realçar o *locus* da pesquisa: Belo Horizonte. Buscava-se, nesse caso, a memória de uma “cidade menina”, muito nova nos seus 96 anos. As mais antigas instituições na capital mineira datam do princípio do século, muito diferente, pois, do que se pode encontrar numa cidade como o Rio de Janeiro ou São Paulo de 400 anos. Mesmo assim, encontramos, no Arquivo Público de Minas Gerais, documentos sobre o período do Império. É que, no momento em que a capital mineira se transferiu de Ouro Preto para Belo Horizonte, em 1897, transferiram-se também os documentos oficiais do governo.

Outros fatos também influenciaram nos resultados obtidos. Os museus e arquivos, em sua maioria, consideram a educação uma questão secundária. Em geral, o que se encontra aí, de forma mais organizada e bem conservada, é a legislação do ensino. Lembrando uma tradição de história heróica, história de vencedores, a educação costuma aparecer relacionada com a biografia de alguma personalidade ou com o projeto político de algum dado período. Além disso, os museus e arquivos enfrentam, como já foi anteriormente mencionado, sérios problemas de

<sup>1</sup> Primeiramente, pretendemos trabalhar com Belo Horizonte e Ouro Preto, enquanto as demais cidades deveriam ser objeto de um novo projeto a ser desenvolvido posteriormente. Tão logo iniciamos o levantamento, fomos obrigadas, novamente, a rever a abrangência da pesquisa: os recursos alocados mostraram-se insuficientes (fato muito agravado pela alta inflação e a impossibilidade contratual de aplicação dos recursos, que permaneceram imobilizados no Banco). Diante disto, decidimos, mais uma vez, redimensioná-la, restringindo-a a Belo Horizonte. Supusemos que a atual capital e maior cidade do Estado devesse também contar com os maiores, mais organizados e numerosos acervos históricos.

organização e funcionamento, e isso dificultou, uma vez mais, a obtenção de informações.<sup>2</sup>

As escolas, em que depositávamos grandes esperanças, constituíram-se, de certa forma, decepção. Elas preservam, às vezes, o próprio prédio – em especial, as fachadas – e alguns móveis antigos – em geral gabinetes e não salas de aula – e muito pouco ou quase nada em termos de documentos escritos. Materiais pedagógicos, tais como livros adotados, diários de classe, planos de aula, cartazes de leitura, atas de reuniões, etc., ou são inexistentes na escola – por serem vistos como material superado, “traste velho” – ou encontram-se em péssimo estado de conservação, por terem ficado em porões malventilados, malacondicionados, sujeitos a todo tipo de intempéries, apresentando alto e rápido nível de deterioração. As instituições escolares não têm tido preocupação com esse material como história. A falta de espaço e local adequado nos estabelecimentos e a falta de funcionários especializados para a organização dos papéis propiciam a conceituação do “papel velho” seguido do descarte prematuro. As escolas, geralmente, mantêm seu material pedagógico com vista à consulta pelos alunos. Privilegiam, portanto, o armazenamento e a manutenção do material em uso no ensino. Um outro traço que pode ser percebido é a escola como “lar”, “família”: professores levam chaves consigo quando vão embora no final do turno de trabalho, guardam materiais em sua residência, etc. Na preocupação de zelar pelos documentos, tornam-se “donos” e detentores das informações e/ou materiais. Nessas condições, o caso mais típico foi encontrado numa escola estadual, onde existe

material de consulta organizado no porão. A diretora que o organizou aposentou-se, mudou-se para o interior e ninguém a substituiu nessa atividade. Outro caso refere-se à retirada do material pelo professor no momento da sua aposentadoria.

Preocupação maior existe, por parte das escolas, com a documentação administrativa (folha de ponto, notas de alunos, livros de recortes, etc.) necessária à vida funcional posterior dos professores e ex-alunos da instituição. Mesmo assim, muitas vezes são precárias as acomodações desses papéis. Soubemos de um caso, por exemplo, em que, estando tais papéis no porão da escola, foram totalmente inutilizados por uma enchente que ali penetrou. A escola não tinha mais como fornecer contagem de tempo a seus ex-professores até o ano de 1984, ano da tal enchente.

Em relação às escolas, há de se ressaltar também a falta de condições para um trabalho de preservação da memória e de atendimento a pesquisas desta natureza. Há grande escassez de funcionários especializados nessa área. As escolas da rede estadual de Minas Gerais, por exemplo, não dispõem, atualmente, em seus quadros de pessoal, de bibliotecários. Por esta razão, a maioria das bibliotecas escolares encontram-se fechadas e muitas se transformaram em depósito de materiais. Em alguns casos, quando a escola conta com um professor eventual que não se encontra, no dia, na regência de classe, as bibliotecas podem ser abertas (esporadicamente, portanto) para atendimento aos alunos do horário diurno.

<sup>2</sup> Durante a pesquisa, foram arroladas 51 instituições para visita. Foram obtidos dados e organizadas fichas-síntese de 35 delas: Academia Mineira de Letras, Arquivo Público Mineiro, Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Biblioteca Pública Luis de Bessa, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da UFMG, Centro de Estudos Superiores – Sociedade de Educação e Assistência Companhia de Jesus, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Colégio Arnaldo, Colégio Batista Mineiro, Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Belo Horizonte, Escola Estadual Afonso Pena, Escola Estadual Barão de Macaúbas, Escola Estadual Barão do Rio Branco, Escola Estadual Bueno Brandão, Escola Estadual Caetano Azeredo, Escola Estadual Delfim Moreira, Escola Estadual Governador Milton Campos, Escola Estadual José de Bonifácio, Escola Estadual Mariano de Abreu, Escola Estadual Pedro II, Escola Estadual Professor Leon Renault, Escola Estadual Silviano Brandão, Faculdade de Educação (Faei/UFMG), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich/UFMG), Fundação Estadual do Meio Ambiente, Fundação João Pinheiro, Instituto de Educação do Estado de Minas Gerais, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, Instituto São Rafael, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social da Indústria (Sesi), Sistema de Ensino Arquidiocesano. De 16 instituições não foi possível obter dados por diferentes motivos: a) arquivos desorganizados, não havendo como entrar em contato com o possível material; b) arquivos em fase de organização; c) arquivos em mudança; d) escassez de funcionários para atendimento aos pesquisadores; e) recusa, por parte da instituição, em fornecer dados; f) falta de acervo; g) ausência de materiais que se coadunassem com os objetivos da pesquisa. Dados de especificação dos documentos encontrados em cada uma das instituições pesquisadas, bem como sobre serviços por elas prestados, localização e acesso, estão disponíveis no relatório final da pesquisa *Guia de Fontes para o Estudo da Educação em Minas Gerais*, enviado ao Inep em novembro/1994.

Todos estes fatos anteriormente mencionados tornaram difícil o acesso às instituições preliminarmente arroladas como locais de pesquisa. As dificuldades enfrentadas exigiram mudanças na metodologia do trabalho e abertura de um leque maior de novos locais de pesquisa, na esperança de identificação de acervos potenciais, isto é, acervos que, não estando diretamente relacionados com a educação primária e normal, pudessem, contudo, conter documentos importantes para os pesquisadores destes níveis de ensino. Foi assim, por exemplo, que se incluíram no rol de instituições pesquisadas, entre outras, a Academia Mineira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.<sup>3</sup>

Em termos gerais, o trabalho demonstrou que Belo Horizonte não apresenta muitos espaços organizados e sistematizados para a pesquisa da educação mineira. Até o momento, sobressaem como espaços privilegiados o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública de Minas Gerais, as bibliotecas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, do Instituto de Educação de Minas Gerais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e do Centro de Recursos Humanos João Pinheiro. O Centro de Processamento de Informações (CPRO), da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, oferece dados estatísticos variados tanto da educação privada quanto da pública, no Estado.

Achamos não ser exagero, hoje, a afirmação de encontrar-se infelizmente perdida a maior parte dos documentos a respeito da história da educação de Minas Gerais e, em breve, já não ser mais possível resgatar a memória deste importante aspecto de nossa cultura.

O resultado do processo de destruição da memória vivido pelo Estado mineiro pode ser sentido em suas escolas, onde, muitas vezes, impera o modismo: algum método ou procedimento entra em “alta”, e, mais que imediatamente, todo o material e documentos de uma postura anteriormente adotada e então julgada “superada”

é descartada sem deixar registros. Pela perda de sua memória, isto é, pela perda da dimensão de sua própria história, a escola, impossibilitada de relativizar e contextualizar suas políticas e práticas, acaba conseqüentemente empobrecida na sua dimensão educacional.

Dentro deste quadro de amnésia histórica, que perpassa o dia-a-dia da escola com visíveis prejuízos na sua ação pedagógica, vêm surgindo algumas iniciativas voltadas para o resgate e a preservação de documentos que possam colaborar para a reconstrução da história escolar em Minas Gerais. Neste sentido, merecem destaque o Setor de Documentação do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da UFMG (Ceale), que vem construindo um acervo de documentos relacionados com o ensino da leitura e da escrita, e o Centro de Memória da Secretaria de Estado da Educação, recentemente inaugurado. Parte do Centro de Referência do Professor, este Centro tem como objetivos resgatar e preservar documentos sobre a educação escolar em Minas Gerais, desenvolver estudos e pesquisas sobre a história do ensino no Estado e coordenar e desenvolver uma política de preservação da memória do ensino. Estas iniciativas seriam os primeiros sinais do surgimento de uma nova mentalidade que tem no conhecimento do passado um elemento importante para a construção do presente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIAS, Fernando Correia. *O movimento modernista em Minas: uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte, 1968. Tese (Doutorado) – Fafich, UFMG.
- NUNES, Clarice. Pesquisa histórica: um desafio. *Cadernos Anped*, n. 2, p. 36-47, 1989.
- MOURÃO, Paulo K. C. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962a.

<sup>3</sup> A análise dos dados coletados fez com que revíssemos a metodologia utilizada num primeiro instante (questionário), introduzindo um instrumento adicional de coleta (a entrevista), com os seguintes objetivos: a) deixar claro para as instituições as informações desejadas; b) verificar e complementar dados e informações; c) identificar “arquivos potenciais”.

KECSKEMETI, Charles. Arquivo tipo exportação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2/6/1990. p. 2.

\_\_\_\_\_. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República: 1889-1930*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962b.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi Memória-História. Porto: Inova; Artes Gráficas; Imprensa Nacional; Casa da Moeda. p. 98.